



João Pires/AE - 13/5/88

Campos: "Fomos enganados"

Estados agem contra CMN na dívida interna

BRASILIA — Num momento em que todas as atenções estão voltadas para a questão da rolagem da dívida externa dos estados e municípios, os secretários de Fazenda já estão se preparando para obter a garantia de que a decisão sobre outra rolagem, a da dívida interna estadual, saia do âmbito do Conselho Monetário Nacional (CMN) para o Congresso Nacional. A dívida interna dos estados alcança US\$ 15,1 bilhões, dos quais São Paulo é responsável por US\$ 6 bilhões. Os secretários também pretendem reunir-se com os representantes dos empresários e trabalhadores no pacto social para mostrar, segundo eles, a impossibilidade financeira de os estados pagarem suas dívidas externas com base na proposta do governo.

Estes foram os principais assuntos discutidos na reunião realizada ontem, em Brasília, entre os secretários de Fazenda dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Pernambuco, Acre, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Para o secretário de São Paulo, José Machado de Campos Filho, os empresários e trabalhadores do pacto social não sabem que "estão sendo enganados pelo governo federal". Por isso, segundo ele, é necessário esclarecê-los sobre a impossibilidade financeira de os estados pagarem suas dívidas externas da forma exigida pelo governo. "Eles só ouvem o Mailson da vida", disse, "e não sabem o que acontece na verdade".

Os secretários estão otimistas diante da possibilidade de o Congresso Nacional rejeitar a proposta do governo a respeito do pagamento de 25% da dívida externa vencida dos estados, e, por isso, querem evitar que a rolagem do débito interno sofra alterações e prejudiquem os estados.

Segundo uma fonte que participou da reunião de ontem dos secretários de Fazenda, é necessário garantir que "meia dúzia de pessoas" (referindo-se aos representantes do CMN) não tomem decisões que prejudiquem os estados. Na sua opinião, o governo está tentando manter os estados "amarrados", pois, sem recursos, os governadores terão de "beijar a mão do presidente" para conseguir empréstimos do governo federal.

Para a fonte, ao ser derrotada no Congresso Nacional, a União vai tentar "segurar os governadores" por um outro caminho: o da rolagem interna de suas dívidas. E é com base neste raciocínio que os secretários estão estudando uma maneira (que poderá ser através de projeto de lei) de transferir essa decisão para o Congresso, onde consideram que é mais fácil conseguir apoio.